

01.março.2012 – 14h15

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Torcida Verde
Luís Carlos Repolho, António Fernandes, Fernando Simões, Tomás Silveira, Edgar Moura e César José

Recebidos por: **Grupo de Trabalho do Desporto:** Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Artur Rego (CDS-PP), Laurentino Dias (PS) e Pedro Pimpão (PSD).

Assunto: Prevenção da violência associada a manifestações desportivas

Exposição: O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro, Coordenador do Grupo de Trabalho, deu as boas vindas aos representantes da Torcida Verde, que, por sua vez, referiram que é a 4ª ou 5ª vez que reúnem na Assembleia da República, desde 2001, justificando o pedido de reunião com a necessidade de serem efetuadas alterações na legislação, por entenderem que os normativos em vigor não passam de processos de boas intenções.

Em relação à violência no desporto, consideraram fundamental a responsabilização dos dirigentes desportivos, que apoiam os grupos organizados, pese embora não o admitam, pelo que, nesta matéria, afirma, “o crime compensa”. Referiram-se também à atuação das autoridades, estranhando que uns grupos sejam privilegiados em detrimento de outros.

Referiram-se também aos vários pedidos de audiência, sem resposta, que dirigiram ao Conselho para a Ética e Segurança no Desporto (CESD), organismo que, na sua opinião, é ineficaz.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) agradeceu aos representantes da Torcida Verde por continuarem a acreditar na Assembleia da República e questionou-os sobre as alterações que propõem em relação à lei em vigor e sobre a forma como deverão ser responsabilizados os dirigentes desportivos. Perguntou ainda se defendem alterações ao nível da composição e da missão do CESD ou se deverá ser criado um novo organismo.

O Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP) considerou que os atos de violência devem ter consequências para quem os pratica, defendendo a responsabilização daqueles que se prove colaboraram ou incentivaram atos criminosos. Referiu-se ainda à experiência inglesa e ao combate ao hooliganismo, através da monitorização constante dos adeptos no campo.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) elogiou a postura da Torcida Verde, que considerou exemplar ao nível do cumprimento da lei, contribuindo para a dignificação do sentido da existência de claques. Reconheceu ainda a existência de um problema sério e defendeu que cada um – claques, dirigentes desportivos, autoridade pública - deve assumir as suas responsabilidades. Fez ainda alusão ao caso inglês e às medidas internas e externas aí adotadas e com bons resultados.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (Coordenador) considerou fundamental o cumprimento da lei e lembrou o Plano Nacional de Ética no Desporto, recentemente lançado pelo Governo. Questionou ainda se consideram que soluções como as adotadas em Inglaterra seriam adequadas no nosso País e sobre as consequências e sanções a aplicar em caso de incumprimento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Os representantes da Torcida Verde defenderam a responsabilização mas mostraram-se pouco confiantes em relação a uma mudança de atitude por parte dos dirigentes desportivos e relativamente à aplicação do modelo inglês em Portugal.

Relativamente à legislação em vigor, entendem que não está a ser devidamente aplicada e que não existe igualdade de tratamento entre os grupos. Consideram também que o Conselho para a Ética e Segurança no Desporto não tem contribuído para a fiscalização da lei, registando-se um sentimento de impunidade.

A gravação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

Palácio de São Bento, 01 de março de 2012

A Assessora
Cristina Tavares